

Continuidades e descontinuidades da psicologia à sociologia

JORGE CORREIA JESUÍNO *

O problema das fronteiras entre a psicologia e a sociologia, por estranho que pareça, não tem constituído um centro de preocupação e de debate quer por parte dos psicólogos, quer por parte dos sociólogos ou mesmo por parte dos epistemologistas. O advento e incremento em exponencial da psicologia social que, do ponto de vista epistemológico, poderia introduzir novos factores de complexidade, também não veio alterar este panorama de uma forma substancial. Uma explicação possível será a de que os cientistas estariam mais preocupados com a prática científica do que com as reflexões sobre essa prática.

O problema epistemológico não parece na verdade urgente ou pelo menos se existe alguma urgência ela põe-se mais ao nível dos conceitos operatórios e das metodologias do que ao nível demasiado rarefeito da classificação das ciências.

Esta postura nada tem de estreito pragmatismo ou sequer de estratégia para iludir problemas fundamentais. Pelo contrário, ela pode ser ditada pelo exemplo da história da ciência, onde abundam os casos das inúteis discussões epistemológicas em torno das questões secundárias e que o próprio progresso da ciência acaba por

superar muitas das vezes decompondo essas questões noutras mais simples.

Raymond Boudon, por exemplo, particularmente atento ao problema epistemológico das ciências sociais e para o qual tem dado tantas contribuições assinaláveis, escreve: «há uma questão sobre a qual nós sociólogos nos interrogamos, é a do *objecto da sociologia*. Será que ela está destinada a dissolver-se numa série de disciplinas particulares? Terá ela vocação para ser a nova filosofia das ciências humanas? O que é que o sociólogo tem no espírito quando declara que este ou aquele produto é ou não sociológico?» (Boudon, 1968).

Raymond Boudon não propõe, porém, quaisquer respostas para estas questões que levanta, às quais, acrescenta, ninguém está por enquanto em condições de responder. Poderá considerar-se bizarra a situação de uma ciência ou de um cientista que não saiba verdadeiramente qual é o objecto da ciência que pratica. Mas essa situação é recorrente na história da ciência. E não foi propriamente por falta de definições correctas sobre a essência da luz ou do calor que os físicos se viram impedidos de prosseguir pacientemente as suas investigações, levando-as a bom termo.

Directamente ligada a esta questão se acha o problema das fronteiras. Natural será que a divisão do trabalho científico hesite na atribuição

* Professor de Psicologia Social no I.S.C.T.E. Comunicação apresentada no 1.º Congresso de Psicologia, Lisboa, 26 a 30 de Março de 1979.

ção das etiquetas quando os objectos e métodos de investigação não se encontram distinguidos. Mas o importante é que a investigação prossiga e que a ciência progrida, chame-se ela psicologia, sociologia ou psicologia social.

Esta posição, certamente defensável e que, como reconhecemos, não se pode desde logo condenar como grosseiramente pragmática, levanta todavia outras questões e sobretudo não pode ser sistematicamente invocada para iludir a questão epistemológica. Não se trata de exigência estéril e pedante mas de uma preocupação também ela bastante pragmática e que é a de saber se disciplinas adjacentes se acham condenadas a se ignorarem mutuamente, justapondo-se mecanicamente ou se não será possível uma colaboração entre ambas que até agora pouco se tem verificado.

Esta preocupação é aliás a que encontramos quando examinamos as contribuições dos cientistas sociais que se têm debruçado sobre este problema. Tal era já o caso de Marcel Mauss com o seu conceito de «fenómenos sociais totais», tal é o caso de Jean Piaget com a sua tentativa de unificação proposta em 1950, na *Introduction à l'epistemologie génétique*, tal é a breve mas penetrante reflexão de Roger Bastide no *Traité de Sociologie* de G. Gurvitch, tal é, enfim, o aprofundado estudo de Inkeles sobre as relações entre psicologia e sociologia, incluído no monumental tratado de psicologia de S. Koch.

Em todos estes autores encontramos a mesma ideia, a de que existe uma profunda ligação entre psicologia e sociologia, não sendo possível destrinchá-las nem quanto ao objecto nem quanto ao método. Mas é também um facto que uma e outra se têm desenvolvido separadamente, e que existe como que um *gentleman's agreement* permitindo uma coexistência pacífica, não só entre psicólogos e sociólogos, mas por parte do próprio público em geral que deles espera respectivamente contribuições para o estudo do indivíduo e da sociedade. Qualquer tentativa para ir mais além nas especificações é abrir a porta a toda uma série de problemas e dificuldades.

A questão fundamental que em nosso entender deve todavia ser colocada é a questão das dependências recíprocas das duas disciplinas entre si, ou seja, por outras palavras, o papel desempenhado pelos factores psicológicos na sociologia e pelos factores sociais na psicologia. Não basta dizer que eles estão presentes, o que ninguém põe em dúvida, há que mostrar como essa presença se articula de uma forma necessária na explicação tanto do indivíduo como da sociedade. Ou, por outras palavras ainda, há que mostrar que o *homo psychologicus* não pode ser abstraído do *homo sociologicus*, tal como o *homo sociologicus* não pode ser abstraído do *homo psychologicus*. Nesta perspectiva os factores tanto psicológicos como sociais não são externos nem actuam mecanicamente, eles são internos ao processo e actuam nele de uma forma dialéctica.

Toda a psicologia de Piaget constitui uma ilustração bem patente desta integração dialéctica dos factores sociais na explicação psicológica. Palavras suas, «a psicologia da criança constitui um sector da sociologia, consagrado ao estudo da socialização do indivíduo e, ao mesmo tempo, um sector da própria psicologia». (Piaget, 1950, t. III, p. 195.)

Com efeito, os factores de desenvolvimento psicológico são por um lado os factores internos, ou seja, a maturação e a hereditariedade e por outro lado os factores externos, ou seja, as interacções do sujeito com o meio físico e com o meio social. A explicação desse processo de desenvolvimento comporta, porém, duas perspectivas, uma perspectiva diacrónica, que corresponde à causalidade material e uma perspectiva sincrónica que corresponde às relações de implicação, ligando os estados de consciência entre si. Ora se a perspectiva sincrónica apenas tem em conta as ligações lógicas intra-estruturais, sejam elas simples regulações ou «agrupamentos», no sentido lógico-matemático do termo, na perspectiva diacrónica, que lhe é isomorfa, é através da socialização, ou seja, é através do Outro, que o sujeito vem a interiorizar as normas e valores, assim se garantindo a passagem da acção à cooperação. Ora sem essa

descentração do sujeito, sem essa perspectivação a partir do outro, não seria possível sequer o juízo objectivo, ou seja, o fecho das estruturas cognitivas.

Num texto de 1955 geralmente pouco referido e que constitui o curso que Piaget proferiu na Sorbonne sobre as relações entre a inteligência e a afectividade podemos ler o seguinte: «No domínio da inteligência, se o indivíduo só pensasse para si, é provável que não chegasse à necessidade da conservação ... Mas a vida social impõe pelo contrário uma certa conservação desde que se é obrigado a pensar não só para si mas em função dos outros,... a vida social impõe precisamente essa permanência relativa por oposição às flutuações da experiência individual...» (Piaget, 1955, p. 118).

Nesta passagem torna-se bem nítida a importância decisiva do factor social *não apenas nos conteúdos específicos mas na própria forma do desenvolvimento psicológico*.

Mas poderíamos citar outros autores, além de Piaget, que igualmente fizeram justiça e até de uma forma aparentemente mais profunda à interpenetração dos factores sociais e dos factores psicológicos. Tal é o caso de Wallon, que leva a dialéctica ainda mais longe inserindo o papel do *socius* no subtil jogo tónico-postural da diade mãe-filho, aí residindo o *locus* e a origem do sistema emocional base do sistema de personalidade.

Tal seria igualmente o caso de um Baldwin, mestre comum tanto de Wallon e Piaget como do próprio Freud. E, para falar em Freud, não é ele que afirma que a sociologia não é mais do que uma psicanálise aplicada? Na verdade, a partir de 1922, com a introdução do conceito de super-eu, a interpretação psicanalítica do processo de socialização constitui uma referência obrigatória da psicologia social, bem como da antropologia cultural. Por seu turno Roger Bastide rende particular justiça a Marcel Mauss ao referir que é a ele que se deve o primeiro «tratado de paz entre a psicologia e a sociologia». Desenvolvendo a ideia de Mauss dos «fenómenos psíquicos totais» propõe Bastide, a título de síntese, reportando-se por seu turno

aos «fenómenos sociais totais» que a sociologia se diferenciava tradicionalmente da psicologia na medida em que a sociologia se ocupava do *homem concreto* enquanto que a psicologia individual procura estudar o *homem em geral*. A integração vai, porém, efectuar-se logo que, tanto psicólogos como sociólogos se colocam uns e outros no concreto.

Numa mesma linha de argumentação e reflectindo a problemática da sociologia e a contribuição que esta anseia receber da psicologia, Inkeles afirma que esta, *a psicologia, é uma variável intermédia da sociologia*, fórmula que nós gostaríamos de complementar, não apenas por culto fanático da simetria mas porque isso nos parece corresponder à própria realidade da prática científica, que *a sociologia é, por seu turno, uma variável intermédia da psicologia*.

O conceito de variável intermédia parece-nos traduzir a exigência de uma mediação no processo explicativo, designadamente na perspectiva diacrónica, e da qual se não pode abstrair, sob pena de mutilar irremediavelmente a própria explicação. Parece extremamente banal convocar a totalidade dos factores mas o importante e certamente difícil é descobrir a sua articulação interna. Quando Kurt Lewin propõe a equação interaccionista $B=f(P, E)$ — o comportamento como função da interacção entre a pessoa e o meio ambiente —, ele sabe que não está a repetir banalidades ou tampouco a empurrar portas há muito abertas. No seu célebre ensaio sobre os modos de pensar aristotélico e galilaico, ele dá um contributo importante para a epistemologia da psicologia, mostrando a necessidade de superar a lógica taxonómica tradicional por uma lógica relacional e estrutural. Todavia, dissociar a pessoa do meio para magicamente os reunir depois por justaposição é, infelizmente, uma prática muito corrente ainda nas ciências sociais, nem sempre atentas às condições que uma epistemologia, mesmo incipiente, já pode recomendar.

Quando propomos, na sequência dos argumentos apresentados, uma mais estreita interpenetração entre a psicologia e a sociologia, isso não significa que a nossa ideia seja reduzir a

psicologia à sociologia ou a sociologia à psicologia. O reducionismo é também uma consequência de uma epistemologia que não dissocia os aspectos sincrónicos dos aspectos diacrónicos. Considere-se o exemplo de Durkheim, a todos os títulos paradigmático.

Quando ele analisa as causas do suicídio, constrói um modelo explicativo não dissociando nele os aspectos diacrónicos que igualmente actuam no processo. Daí resulta uma explicação abstracta de tipo correlacional, onde o factor psicológico se dissolve na estrutura constituída pelo grau de coesão social (anomia) *versus* religião. Esta limitação é aliás comum a todas as explicações de tipo funcionalista, centradas mais nos mecanismos de manutenção e regulação dos sistemas do que nos factores de transformação e mudança.

É facto que subsiste uma certa divisão do trabalho científico o que, grosso modo, leva a atribuir à sociologia uma vocação predominantemente sincrónica e à psicologia uma vocação predominantemente diacrónica. Tal divisão é, aliás, aceitável e contra ela nada opomos, a não ser que se sublinhe que se trata de orientações predominantes e que isso significa que nunca poderemos abstrair da outra dimensão menos predominante mas não menos necessária.

Esta afectação da sociologia aos aspectos sincrónicos significa também que a mudança é menos patente ao nível dos sistemas sociais do que ao nível dos sistemas de personalidade. Allport (1968), por exemplo, sugere que a sociologia tem por objecto aquilo que permanece no sistema social quando nele substituímos os actores, o que sucede com o render das gerações. Esta formulação ignora, todavia, deliberadamente, o factor histórico e com ele os agentes sociais que estabelecem a mediação entre as representações colectivas e a sua actualização.

Poderá admitir-se que em certos sistemas sociais a evolução é suficientemente lenta para permitir a abordagem exclusivamente sincrónica. Tal seria o caso do objecto privilegiado da antropologia cultural que cada vez mais se nos afigura como uma disciplina datada, condenada a ser absorvida pela sociologia. A sociologia

sincrónica mostra-se pois não apenas incompleta mas ideologicamente distorcida se se obstinar em não dialectizar com uma outra sociologia — a sociologia diacrónica, que é, no fundo, a História.

Ao nível de fenómenos mais circunscritos e mais distantes das grandes interpretações relativas às sociedades globais, esta dimensão diacrónica é incarnada pelos agentes sociais que integram os sistemas sociais.

Num outro extremo, e complementarmente a esta divisão prática do trabalho científico, teríamos, sugere Roger Bastide, que ao ser muito elevada a taxa de mudança, quando as sociedades e os grupos se desagregam rapidamente, a perspectiva sociológica se revela insuficiente, havendo que observar o fenómeno do seu lado interno, ou seja, do ponto de vista psicológico.

Mas também aqui, facilmente se cai no vício contrário que consiste em psicologizar a todo o transe, abstraindo dos referentes sociais. Por muito convulsiva que seja a mudança não são apenas factores psicológicos que estão em jogo. Pretender que a análise psicológica esgote a interpretação é igualmente abrir a porta a tantas outras distorções ideológicas recusando uma inteligibilidade que só poderá ser fornecida pelos sistemas sociais e culturais. Na verdade só a esse nível se definem os valores e as normas, a substituir ou a preservar, e que, embora sistemas semi-reversíveis, porque neles se misturam variáveis aleatórias e portanto incontrolláveis, comportam um mínimo de coerência interna, um mínimo de algo que se conserva e que é a condição necessária da própria inteligibilidade.

A *análise institucional*, em qualquer das versões por que tem sido vulgarizada, parece-nos possuir o mérito de ter revelado esta interpenetração do indivíduo e da sociedade e que se torna patente nas tais situações críticas de mudança rápida. Aí poderá observar-se com mais nitidez como é próxima a distância entre o psíquico e o político, confirmando-se a lúcida definição de Castoriadis, da instituição como inconsciente político que a análise visa justamente desocultar.

A análise institucional terá no mínimo o mérito epistemológico de se propor como uma *transdisciplina* superando as falsas fronteiras tradicionais entre a psicologia e a sociologia, bem como as falsas fronteiras ideológicas, já há muito denunciadas por Marx, entre a teoria e a praxis.

Enfim, para concluir, poderíamos dizer que a questão da continuidade ou discontinuidade entre a psicologia e a sociologia facilmente degenera na banalidade de que tudo está em tudo, logo seguida da reserva de que todavia é necessário separar, abstrair, dividir como garantia de um mínimo de operacionalidade científica. Igualmente banal será sublinhar que a ciência se não satisfaz com análises parcelares resultantes da divisão artificial de disciplinas universitárias sempre aspirando a sínteses unificadoras, por provisórias que se afigurem.

O problema reside sempre, em última análise, em saber quando a situação está madura para dar esse salto epistemológico que conduz das análises parcelares às generalizações sintéticas. No caso da psicologia e da sociologia há que reconhecer que estamos muito longe de vislumbrar a unidade da ciência, não obstante o tratado de paz de Marcel Mauss, das tentativas pioneiras de Jean Piaget ou mesmo das abordagens mais recentes dos socioanalistas. Todos eles, convocados para algum congresso imaginário aqui e agora, não teriam certamente dificuldade em subscrever uma recomendação encorajando as investigações de detalhe, opondo um paciente trabalho de acumulação primitiva a sínteses prematuras, nebulosas e especulativas. Isso não exclui, porém, que desde o início, sem qualquer preocupação de síntese definitiva se proponha uma metodologia mais adequada, designadamente no que se refere à constituição das unidades de análise as quais, como os cien-

tistas sociais mais criativos e influentes têm mostrado constantemente através das suas obras, são complexas e esruturadas e não meros elementos estruturantes só *a posteriori* componíveis por adição mecânica.

Há que reconhecer, e não se veja nisto qualquer dogma proveniente de moda cultural, que, por mais que recuemos em direção às origens, desde que se trate de fenómenos humanos, encontramos sempre realidades complexas e minimamente estruturadas e por isso mesmo resistentes ao processo de dissociação.

Ao princípio era a estrutura. A dialéctica, essa, qual pássaro de Minerva, vem depois.

SUMMARY

The problem of relationship between psychology and sociology is examined.

Positions of Marcel Mauss, Piaget, Roger Bastide, Inkeles, Segismund Freud and others are reviewed.

The author concludes that psychology is to be considered as an intermediate variable of sociology and sociology as an intermediate variable of psychology.

REFERÊNCIAS

- ALLPORT (1968) — «The historical background of modern social psychology», in G. Lindzey e E. Aronson (eds.) *Handbook of Social Psychology*, 2.ª edição.
- BASTIDE, R. (1962) — «Sociologie et Psychologie», in G. Gurvitch (ed.) *Traité de Sociologie*, t. I, P.U.F., Paris.
- BOUDON, R. (1968) — «Pour une epistemologie positive», in Boudon, R. *La Crise de la Sociologie*, Plon, Paris.
- INKELES, A. (1963) — «Sociology and Psychology», in S. Koch (ed.) *Psychology: a Study of a Science*, vol. 6, McGraw-Hill, New York.
- PIAGET, J. (1950) — *Introduction à l'Epistemologie Génétique*, t. III, P.U.F., Paris.
- PIAGET, J. (1955) — *Les relations entre l'intelligence et l'affectivité dans le développement de l'enfant*, C.D.U., Paris.